

## *Aumento em 'escola de nível superior também poderá chegar a 55%*

**Brasília** — Vale também para os cursos superiores particulares o índice de reajuste fixado pelo governo para as escolas de 1º e 2º graus: 35%. Assim como na determinação anterior, o Ministério da Educação deixou caminho aberto à negociação de um adicional — no máximo 15% —, que só poderá ser adotado caso as instituições obtenham a aprovação dos professores e dos diretórios acadêmicos. A aplicação dos índices acumulados daria um aumento de 55,25%.

As instruções estão em uma nova portaria assinada pelo ministro da Educação Jorge Bornhausen.

No início da próxima semana, devem ser divulgadas as mudanças na composição das comissões de encargos educacionais do Conselho Federal e dos conselhos estaduais de Educação. Nas duas comissões, haverá uma representação dos estudantes: na federal, a UNE (União Nacional dos Estudantes) e nas comissões estaduais, às quais caberá decidir os próximos reajustes, as entidades que melhor representarem os estudantes.

Até hoje, cabia ao Conselho Federal de Educação determinar o percentual do reajuste a ser cobrado pelas escolas particulares. A transferência dessa atribuição aos Estados encontrou grande resistência dos conselheiros de Brasília, que agora serão ouvidos apenas em última instância. Essa foi a principal causa da demora na divulgação do índice de 35%. A descentralização, nesse caso, foi considerada uma vitória pelos funcionários do Ministério da Educação que participaram da negociação: os conselheiros federais, acreditam eles, sempre foram muito receptivos aos lobbies dos donos das escolas.

Esses funcionários encontraram ontem os representantes da Fenen (Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino) nos corredores do ministério, quando todos se dirigiam à posse do novo chefe de gabinete de Bornhausen, Osvaldo Della Giustino. Apesar das fortes reações dos empresários aos índices oficiais, houve uma troca cordial de cumprimentos. "Eles entenderam que o governo concedeu o máximo que podia", disse o secretário-geral adjunto, Luís Bandeira.

Na sede da Fenen, após o anúncio do reajuste para os cursos superiores, as críticas ao governo eram mais suaves do que as de quarta-feira, quando a entidade chegou a recomendar às escolas que não abrissem suas portas em março. "O aumento de 35% pode ser um pouco mais razoável para as escolas superiores", disse o presidente da Fenen, Roberto Dornas.

Segundo ele, as faculdades particulares serão beneficiadas, por serem, na maioria, consideradas entidades filantrópicas. Por isso, estão isentas de contribuições à Previdência Social e do recolhimento de ISS, IPTU e Finsocial. Dornas acredita que poucas escolas conseguirão convencer os diretórios acadêmicos a aprovar o reajuste adicional de 15%. "Os diretórios agem politicamente, e muito dificilmente concordarão com o aumento das mensalidades", argumenta Dornas.

Quando decidiu submeter aos estudantes a aprovação dos reajustes adicionais, o Ministério da Educação pretendeu colocar em discussão a qualidade do ensino em cada escola. Quanto melhores os seus cursos, mais facilidades ela teria para obter a concordância dos estudantes.